



CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

- **SAIBA O QUE É**
- **É PRECISO LUTAR POR MUDANÇAS NO MODELO ECONÔMICO!**
- **VALORIZAÇÃO DO TRABALHO. É DISSO QUE O BRASIL PRECISA.**

“A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SUAS REPERCUSSÕES”

I. Introdução:

No dia 15 de outubro, a FTM/RS, avaliando a gravidade do quadro conjuntural, tomou a iniciativa de convocar uma reunião ampliada para realizar um debate coletivo sobre “a crise financeira internacional e suas repercussões” e projetar ações que impeçam que o custo das soluções em andamento recaia sobre os ombros dos trabalhadores e dos setores mais excluídos da sociedade.

A síntese que segue apresenta o resultado deste debate. Aproveitamos a oportunidade e agregamos algumas informações, visando contribuir para aumentar o grau de compreensão e qualificar as discussões que deverão ocorrer nos próximos dias em nosso meio sobre essa questão.

Ao debatermos a crise financeira devemos considerar o elevado grau de complexidade que ela envolve. Na verdade, o sistema financeiro se constituiu como um mundo a parte, com o emprego de termos, conceitos e formas de operar, às vezes inteligível apenas para os seus próprios operadores. De outro lado, essa crise atinge o capitalismo em sua forma globalizante. As crises anteriores do capitalismo foram diferentes da crise atual, em 1929 foi mais restrita e atual é mais globalizada. Antes quem quebrou foi um ou mais países. Nestes casos, perdia-se a confiança no país quebrado que não tinha dinheiro para honrar seus compromissos. Agora, vivemos uma crise geral no sistema financeiro mundialmente conectado. Nenhuma crise vivida pelo capitalismo se iguala a essa. Atualmente, a economia mundial encontra-se entrelaçada de tal maneira “que um simples bater de asas de uma borboleta, pode causar um tufão no outro lado do mundo”. Todavia, a complexidade não nos exime da responsabilidade de compreendê-la em sua plenitude, apenas nos alerta para não cairmos em esquematismos, nem nos deixarmos levar por conclusões precipitadas. O momento é de muito debate.

Devemos considerar também a dificuldade de se produzir cenários seguros. Como afirmou o velho **Marx**, vive-se em momento em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. A esse respeito pode-se dizer que o paciente (o capitalismo) está na UTI com um ataque cardíaco, recebendo um tratamento pesado, a recuperação dependerá de como o “organismo” econômico reagirá. Existe uma grande margem de imprevisibilidade. Isso é importante, para nos mantermos em constante atualização, observando o seu desdobramento e refazendo as nossas previsões de futuro.

II. Antecedentes da crise financeira:

Os setores da esquerda que não se deixaram seduzir pelo neoliberalismo estão há bastante tempo tecendo robustas críticas ao processo de globalização financeira. Anos atrás diziam os neoliberais que a liberalização financeira geraria poupança e que essa poupança seria aplicada na produção, propiciando dessa forma um surto de crescimento econômico, principalmente nos países em desenvolvimento; desde que esses países fizessem o seu dever de casa (flexibilização econômica, liberação nas transações comerciais, privatizações, etc). Além disso, pregavam que um sistema financeiro flexível (sem interferências do estado) romperia com as restrições ao crédito, possibilitando aos países e aos setores de baixa renda acesso ao dinheiro para serem investido em seu desenvolvimento.

Essa era a ficção do credo neoliberal. No entanto, a realidade era bem diferente. Nos últimos anos, o sistema bancário passou por sucessivas crises gerando um estado de permanente instabilidade econômica; a poupança gerada pelo capital financeiro não foi aplicada na produção; os ciclos de crescimento dos últimos anos não foram suficientes para superar o desemprego e as desigualdades; as diferenças salariais aumentaram; etc. A crítica da esquerda mais lúcida, na qual nos incluímos, apontava que um sistema financeiro descolado do mundo da produção, que seduz o capital produtivo para aventuras especulativas e ganhos fictícios não podia ser sustentável e a eclosão de uma crise de grandes proporções

era algo iminente. Apenas para se ter uma noção do tamanho do problema que estamos nos referindo, antes da crise existia “pairando no ar” das transações financeiras, algo em torno de 190 trilhões de dólares, isso representa quase 10 vezes o PIB mundial. Depois da crise esse montante encolheu para 61 trilhões e hoje (final de outubro) encontra-se na ordem de 44 trilhões. Já se contabiliza uma perda real de 17 trilhões de dólares, o equivalente a 13 vezes a economia brasileira. Isso demonstra que o sistema financeiro sem amarras se transformou em um verdadeiro cassino baseado apenas no jogo da confiança de seus especuladores, acometidos de uma ganância sem limites. Foi essa crítica que animou os movimentos anti-globalização ocorridos na Europa, que nos colocou ao lado daqueles que defendem a necessidade de taxar o capital especulativo e introduzir controles mais democráticos, etc.

III. Eclosão da crise:

Ao observarmos o crescimento do PIB americano se percebe que desde 1972 a economia dos EUA vem sofrendo períodos de recessão com melhorias. Em média, a economia norte-americana tem crescido em torno de 2% a 3%. Para o tamanho dos EUA esse crescimento é bastante razoável. Nestes últimos 20 anos, depois de um período de recessão monetária veio o boom provocado pelas fusões de grandes empresas (1984-86). Entre 1996 a 2000 registrou-se momentos de declínio. Com a alta dos negócios das tecnologias de informação, as chamadas empresas-ponto-com a economia voltou a crescer. Depois houve uma desaceleração e a economia retornou a crescer, desta vez através do setor imobiliário que atingiu o pico em 2006, de lá para cá houve decréscimo. Isso demonstra que o clima de instabilidade na principal economia mundial é constante.

Ao longo destas últimas três décadas se observa também uma constante e voraz tentativa dos financistas explorarem os mercados financeiros, buscando uma acumulação de capital sem trabalho e de maneira fácil. Aliás, esse é o verdadeiro motor da economia americana: a busca permanente de mercados financeiros, transformando o mundo num grande tabuleiro de apostas. Devemos lembrar que o sistema financeiro norte americano é um dos mais desregulamentados, justamente para possibilitar esse tipo de especulação.

Qual o destino de todo esse capital financeiro? Um pouco antes da crise estava voltado para as commodities (soja, milho, trigo, arroz ...) e fontes de energia como o petróleo, cuja cotação do barril chegou a 140 dólares. A elevação do preço do commodities, bastante badalada no ano passado e início deste ano, já era um sintoma de que a explosão era iminente. Naquele momento já estava ocorrendo uma acelerada fuga de investimentos do setor imobiliário para produção de alimentos.

A crise financeira explodiu em agosto e se manifestou através do mercado imobiliário ou a chamada crise do **subprime**. Vejamos como isso aconteceu.

Para financiar empréstimos qualquer banco estabelece uma série de regras e classificações que analisam a capacidade de pagamento do tomador de empréstimo. Antes os empréstimos para o setor imobiliário eram concedidos a pessoas que apresentavam grandes possibilidades de pagamento e pouco risco (**prime**). Como o mercado financeiro atravessava por um período de alta liquidez, ampliou seus empréstimos para pessoas com pouca ou nenhuma capacidade de pagamento (**subprime**). Estima-se que o valor dos subprime chegue a 1,3 trilhões de dólares. Como o setor imobiliário não parava de se valorizar, a preocupação de inadimplência não era considerada, pois na pior das hipóteses (inadimplência), o imóvel retornava para o banco.

Exemplificando, uma família (muitas vezes com um dos provedores desempregado e com dívidas) comprava uma casa no valor de 100 mil dólares a juros maiores do que os usuais (a regra do sistema financeiro é: quanto mais alto o risco mais elevado os juros). Este tipo de empréstimo só começaria a ser pago a partir do segundo ano da compra. Até lá, acreditava-se que o imóvel valeria 250 mil dólares. Ou seja, a família (com elevado potencial de inadimplência) venderia esse imóvel, pagaria a diferença para o banco e ficaria com um trocado para refinarciar novo imóvel ou fazer qualquer outro tipo de investimento. Os gestores financeiros, por sua vez, pegavam os títulos dessa família, mascaravam-os como títulos seguros

e passavam adiante, espalhando-os pelo mundo financeiro globalizado. A lógica era espalhar o máximo possível os títulos para reduzir os riscos. O pressuposto deste otimismo era manter o valor dos imóveis sempre em ascensão. Mas como diz o economista **L. G. Belluzo**, “no capitalismo não há prosperidade que sempre dure nem crise que nunca se acabe”. O valor dos imóveis começaram a declinar.

A queda tornou-se inevitável. Os preços desceram ladeira a baixo. A partir do primeiro trimestre de 2006, os devedores de alto risco (subprime) foram os primeiros a se tornarem inadimplentes. Formou-se uma enorme bolha. A expectativa era quando ocorreria a explosão. Neste sentido, a crise financeira com repercussões globais foi anunciada, inclusive por **Alan Greenspan**, antigo presidente do Federal Reserve, quando afirmou que uma crise financeira era “um acidente à espera de acontecer”.

Com a queda no preço do valor dos imóveis o crédito que alimentava esse sistema encolheu, aumentando cada vez mais o número de inadimplentes. Os títulos dos imóveis, vendidos pelos gestores financeiros americanos mundo a fora, perderam o seu valor, colocando em crise todo o sistema financeiro que investiu nesta jogada de aparente ganho fácil.

Essa crise se manifesta principalmente pela falta de crédito. Na medida que o crédito encontra-se trancado a possibilidade de paralisia econômica é real. Ninguém quer arriscar. As instituições financeiras não confiam uma nas outras, não acreditam nos empresários do setor produtivo, nem no comércio e nem nos consumidores. Preferem ter dinheiro em caixa. Neste sentido, uma das facetas desta crise é a falta de confiança dos operadores do sistema financeiro mundial. Dito de outra forma, ocorreu uma “fuga para segurança” que reduz em muito a disposição dos bancos realizarem empréstimos a quem quer que seja.

Para conter a crise, o governo de **George W. Bush** apresentou uma proposta de transferência via Tesouro americano de 700 bilhões de dólares para um fundo, a serem utilizados na compra de títulos de pior qualidade das instituições financeiras sem nenhuma contrapartida de regulação. Esperava-se com isso, estancar as perdas e impedir um alastramento para outros títulos e agentes financeiros. Assistimos, dias atrás, uma enorme contestação desta proposta pelo parlamento americano e setores organizados da sociedade norte-americana inconformados com uma política de salvar os ricos com dinheiro público.

O pacote do governo americano, após uma derrota no parlamento, foi aprovado com pequenas ressalvas. Isso deu algumas horas de alívio. Mas não conseguiu estacar a crise. Os bilhões de dólares injetados em títulos podres não foram suficientes para evitar o colapso das bolsas. A cada dia assistimos um banco falir nos EUA. Instituições de credibilidade incontestável foram para o ralo, como aconteceu com o Lehman Brothers (segundo maior banco de investimentos dos EUA). Neste ano já faliram 13 bancos nos EUA. No dia 6 de outubro, a crise se espalhou pela Europa. As principais bolsas de valores tiveram quedas até então desconhecidas. Como um efeito dominó. Dias depois o pânico se alastrou pelas bolsas de valores da Ásia.

Agindo de forma isolada, cada Banco Central, a exemplo dos EUA, anunciava injeção de capital nos seus bancos para evitar o colapso. Depois de uma fase de cada um por si, veio o momento de uma ação coordenada do **G7**. Anunciou-se a existência de um pacote comum. Mesmo assim a crise não se deixou abater. O pacote do G7 era agressivo, nas palavras de **Henry Paulson** (secretário do Tesouro Americano), mas não o suficiente para debelar a crise. No dia 13 de outubro, sete dos 15 países que estão na zona do euro liberaram recursos na ordem de 1,32 trilhão (cerca de US\$ 1,78 trilhão): Alemanha (500 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 815 bilhões), França (360 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 490 bilhões), Holanda (200 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 270 bilhões), Espanha (100 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 136 bilhões), Áustria (100 bilhões de euros), Itália (40 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 54 bilhões) e Portugal (20 bilhões de euros, ou cerca de US\$ 27 bilhões). Novas altas nas bolsas de valores.

Todo esse dinheiro não conseguiu apagar o foco da crise. Foi do gabinete do governo Inglês, **Gordon Brown** que veio uma solução mais confiável. Ao invés do empréstimo sem nenhum controle como foi o modelo americano, **Gordon Brown** aplicou dinheiro direto nos bancos, impôs medidas intervencionistas implantando uma espécie de estatização, gestores privados foram substituídos por autoridades públicas, etc. Além disso, saiu defendendo uma grande reforma no sistema financeiro, com uma nova **Bretton Woods**, com mais transparência, com novas regras de funcionamento, com maior controle e supervisão por

parte do estado. Parecia que o sistema financeiro, tão auto-suficiente dias atrás, agora esperava por uma mão mais confiável do estado.

De lá para cá nota-se períodos de alto e baixo. Ainda não dá para dizer que o paciente saiu da UTI ou se novas enfermidades irão surgir e abatê-lo ainda mais.

V. A crise no Brasil:

A crise realmente aterrissou na economia brasileira. Disto restam poucas dúvidas. A questão agora é saber quais os impactos e setores que serão mais afetados.

No início da crise, enquanto os meios de comunicação queriam acionar o sinal de alarme e pânico, o governo brasileiro tentou tranquilizar o mercado afirmando que o Brasil estava preparado para superar a crise. O governo argumentava que diferente de épocas anteriores, a economia do país tinha um considerável volume de reservas cambiais (algo em torno de 175,1 bilhões de dólares). Realmente, o Brasil aproveitou a onda de crescimento da economia mundial para acumular reservas cambiais. Esses dólares estão aplicados em títulos do Tesouro dos EUA.

Esse é um aparente paradoxo. Mesmo os EUA sendo o epicentro da crise financeira existe uma corrida de investidores para o Tesouro dos EUA. Como explicar essa contradição? Existe uma máquina no Banco Central dos EUA (FED) que imprime dólar sem nenhuma base metálica (ouro). Esses dólares são administrados por taxas de juros estipuladas pelo próprio FED e usados em transações comerciais (importação, exportação, títulos ...). Apesar de tudo, não existe nenhuma moeda em âmbito internacional que ocupe o lugar do dólar. De fato, o dólar é a moeda de circulação internacional aceita por todos. Todos acreditam que o ouro e o dólar são confiáveis. O Euro não se valorizou em relação ao dólar. A Europa Unida tem uma moeda, mas não tem um Tesouro Europeu (Banco Central Europeu) com o poder do Tesouro norte-americano.

As reservas cambiais do Brasil são uma gordura que pode ser utilizada para enfrentar a crise. Além disso, descobrimos que o nosso sistema financeiro nacional, além de ser mais regulado não tinha entrado na jogada dos títulos imobiliários internacionais. O nosso sistema bancário foi tão elogiado nestes dias que o **Delfim Neto** saiu dizendo que ele serve de parâmetro para reestruturar o sistema financeiro internacional. A nossa dívida externa é praticamente do setor privado. Por outro lado, a economia estava voltada para o mercado interno através de políticas de elevação do salário mínimo, PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e programas de inclusão social (Bolsa Família, entre outros). Por fim, o país não tinha dívidas em dólares.

Enquanto o governo acalmava o mercado evitando uma onda de pânico, o Banco Central atuava no sentido de disponibilizar dólares para operações de exportação, injetou liquidez nos mercados de câmbio, abriu as torneiras do compulsório permitindo que os bancos dispusessem de mais dinheiro e liquidez, e mais recentemente criou mecanismos legais no caso de ser necessária uma infusão de capital nas instituições com problemas de solvência (**Medida Provisória 443**). As últimas medidas do governo revelam que o clima de permanente suspense não foi superado. Já se reconhece a necessidade de redução nas projeções de crescimento econômico, cortes de custeio do setor público e compra de instituições financeiras que porventura venham entrar em liquidação.

A questão da desvalorização do real:

Como explicar que no Brasil ocorreu uma alta tão expressiva do dólar junto com uma desvalorização do real?

No geral são empresas que possuem dívidas em dólar e agora precisam comprar moeda estrangeira para honrar seus compromissos. Para obter dólar os empresários foram ao mercado, provocando uma escassez de dinheiro. Houve também uma compra antecipada acima das necessidades,

como mecanismo de defesa. Por outro lado, a crise provocou uma retração nas fontes de crédito. Além disso, alguns grupos estrangeiros que atuam no Brasil ordenaram um freio na produção, inclusive com antecipação de férias, e aproveitaram os dólares comprados para capitalizar suas matrizes. No Brasil não existe nenhuma regra que normalize a remessa de lucros em dólar. Com o agravamento da crise, investidores estrangeiros retiraram US\$ 5,2 bilhões do mercado financeiro brasileiro neste mês, valor que inclui aplicações em ações e em títulos de renda fixa. Nos EUA existia uma taxa de remessa de lucro através da taxa de impostos, que agora foram zeradas, para facilitar entradas de capital, uma vez que as empresas matrizes estão exigindo o envio de lucros das filiais para seus cofres. Essa elevação do dólar possui ganhadores e perdedores. A Vale do Rio Doce, por exemplo, aumentou consideravelmente seus lucros com essa valorização do real. Já o setor importador sofrerá bastante com a desvalorização do real.

A crise no Rio Grande do Sul:

A balança comercial do RS apresenta saldos anuais positivos. Em 2008 exportou US\$ 14,4 bilhões e importou US\$ 11,4 bilhões; existe um saldo na balança comercial de US\$ 3 bilhões. O saldo da balança comercial neste ano já atingiu US\$ 19 bilhões. É claro que uma recessão mundial afetará as nossas exportações.

No setor metalúrgico a pergunta é: teremos crédito?

Se houver impacto no setor de produção de alimentos e agroindústria, como ficará o setor de máquinas agrícolas? São perguntas, para as quais não se tem respostas claras até esse momento. Nas montadoras já se fala em redução de produção em função da escassez de crédito e do consumo menos impetuoso.

V. Outras questões surgidas no debate:

- O nosso mercado de trabalho nos últimos anos avançou em sua formalização. Boa parte dos empregos gerados foram com registro em carteira assinada. Isso evita o caminho fácil e tentador da demissão em massa. Por esse e outros motivos essa crise ainda não provocou desemprego. Essa observação é importante para termos em conta o valor de um mercado de trabalho mais formalizado e protegido contra demissões abruptas. Por exemplo, na Espanha 1.200 pessoas são demitidas por dia e nos EUA a onda de demissão está em alta.

- Na crise de 1929 o Estado não interviu com agilidade. Houve um apego maior aos princípios liberais não intervenção do estado. Nesta crise o Estado agiu com rapidez, não deixou o sistema entrar em colapso total. Agora prevaleceu a ideia de intervenção. Se a crise terminou não sabemos. O pico já passou mas vamos ter uma recessão duradoura e algumas quebras. Em todo esse debate da crise precisamos pautar uma discussão sobre o Estado. Ficou claro que os estados possuem recursos, a questão é a prioridade nos investimentos. Agora a prioridade é evitar o colapso do sistema financeiro e amanhã qual será a prioridade?

- No final de 2004 e 2005 sofremos uma queda no setor de máquinas e implementos agrícolas. Com a desvalorização do dólar houve cancelamento de contratos e novos pedidos. Aumentou a dívida e inadimplência dos produtores rurais. Mesmo levando em consideração que este setor depende de crédito financiamentos públicos, esse também é um setor que depende de safra e do mercado interno e externo. Essa crise é diferente da de 2004 e 2005, (aquele momento era uma especulação contra o real).

- Mesmo aumentando o valor do dólar e desvalorizando o real esse setor não será afetado? Se o preço do milho, soja, trigo (RS) açúcar, algodão continuar caindo e houver diminuição no valor dos commodities e aumentar o custo dos financiamentos, não teremos uma crise agrícola?

- Por outro lado, os produtores continuam reclamando para rolar a dívida, estão endividados, não existe problema climático e não existe o problema do real valorizando. Safra e dólar na boa. Temos o problema do crédito e preço dos commodities. Tem que fazer esse balanço, o governo fala que não haverá problema de crédito. Será que a TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo) se manterá em torno de 6,75%?

- Existe uma profundidade muito grande desta crise. Quando alguns dizem que é o fim do neoliberalismo, não é apenas em função da intervenção do estado. O neoliberalismo foi o advento do capitalismo financeiro. Esse sistema é capital fictício gerando capital fictício. Portanto, qual é o nível de maquiagem do balanço das empresas? Não sabemos. Muitas empresas se dizem saudáveis nos seus balanços, mas é bem provável que exista um buraco negro nisto tudo que leve tanto o setor financeiro quanto o produtivo para uma grande quebradeira. Por exemplo, o lucro da Gerdau não computa a especulação financeira. Estamos em alta na produção, emprego, recuperação salarial e nas lutas. Mas essa crise pode alterar esse cenário. A crise que aconteceu em 1990, que inaugurou de fato o neoliberalismo no Brasil, nós não entendemos nada. Ficamos agindo as escuras, na simples reação. Agora nós temos que acelerar o passo na compreensão desta crise, não podemos errar nas nossas estratégias.

- Não sabemos dimensionar o ajuste que essa crise trará para o neoliberalismo. Qual será a saída? Será um recuo para a produção? Os metalúrgicos estão apostando na produção e na distribuição da riqueza. Os mais otimistas estão enxergando apenas uma marola, uma balançada no barco que não alterara os rumos da viagem. Caso tenhamos um ajuste da economia fictícia e da economia real podemos passar por uma crise de maiores repercussões.

- Precisamos de uma análise que avance na compreensão política. Abriu-se a possibilidade de discutir o sistema. Valorização do trabalho é disso que o Brasil precisa. Com esta situação montada, já está colocada para nós trabalhadores, uma pauta política no meio desta crise. Essa é uma questão importante que nós temos que compreender com profundidade.

Continuará com as obras do PAC, mas terá que reduzir custeio.

VI. Cenários:

Boa parte das discussões sobre a crise financeira buscam traçar cenários e prevêem impactos. Isso é importante, pois é com base nos cenários que definimos as nossas estratégias. A discussão de cenários nos impede de agirmos ao sabor do vento que pode levar a qualquer lugar, muitas vezes, em lugares não desejados. Antes da crise o futuro já era opaco, agora a opacidade aumentou bastante.

As análises de cenários, impactos e significados políticos desta crise estão oscilando. Vale de tudo. Fala-se em uma brutal e prolongada recessão. Outros prevêem um cenário moderado e confiam que as medidas tomadas irão “recuperar o paciente”. Existe alguns otimistas, que estão vendo nesta crise a possibilidade de se repensar os modelos de desenvolvimento. Julgam até que essa crise será benéfica para países como o Brasil. Ao se pensar em cenários devemos seguir sempre o conselho do sambista **Paulinho da Viola** que diz em uma de suas canções: “faça como o velho marinheiro que durante o nevoeiro leva o barco devagar”.

Os que analisam o cenário internacional se dividem sobre o papel que os EUA terão no futuro. **Noam Chomsky** um grande analista da política norte-americana prevê que haverá poucas mudanças nas estruturas do capitalismo e muito menos no Estado. Para Chomsky o estado separado do povo e o sistema financeiro continuarão atuantes, “a lógica em que o público paga os custos e assume os riscos enquanto os lucros são privados continuará vigorando com inexpressivas alterações”. Esse analista não prevê mudanças dramáticas. Seguindo um pouco essa lógica, **José Luis Fiori**, economista e conhecedor da dinâmica da dominação dos EUA, nos alerta para termos cuidado com o mito do colapso americano. Pode ocorrer até mesmo o reverso deste mito, arrisca Fiori. Para confirmar suas idéias, lembra que essa crise provocou uma corrida para uma moeda segura, que é o dólar, controlado pelo Tesouro norte-americano. Para **Fiori** não podemos considerar no cenário a redução do poder dos EUA.

Outros apontam que o processo de desconcentração do poder ocorrido depois do fim da polarização da guerra fria aumenta pós-crise com o fortalecimento de um tipo de projeto econômico baseado no modelo chinês. Para esses analistas, os EUA terão menos poder, aumentará a hegemonia da China e de um modelo de estado mais interventor. O século XXI não será dos EUA, essa é a tese defendida por Maria da C. Tavares.

s estão vendo nesta crise uma completa derrocada da economia de mercado e a possibilidade do advento de uma economia mais regulada, onde o estado possa ter um papel mais preponderante. Essa posição não é unânime, principalmente quando coloca a ênfase nas mudanças que ocorrerão na economia de mercado. O mercado continuará como sempre foi. Já em relação ao Estado regulador, observa-se que se pode aumentar a capacidade de gestão pública do sistema financeiro, mas sem grandes avanços democráticos. Regulação econômica não é sinônimo de democracia.

Como vimos a discussão é ampla e os consensos são poucos, pelo menos por enquanto. Cabe-nos apenas esboçar algumas questões que podem nos ajudar a compreender os cenários.

O presidente Nicolas Sarkozy comentou que "a ditadura do mercado sobre os poderes públicos está morta, com a crise". Apesar desta afirmação não ser completamente verdadeira ela aponta na direção de uma reestruturação no sistema financeiro global, possivelmente com maior controle do Estado. Também ouvimos do velho **Alan Greenspan**, antigo presidente do Federal Reserve, que ele foi enganado e que não imaginava que o sistema financeira pudesse chegar onde chegou colocando em risco os seus próprios investidores. Ou seja, é bastante provável que ocorra uma regulação do sistema financeiro rompendo com a lógica do “controle zero”, imposta pelas políticas neoliberais. Isso nos coloca a necessidade de investirmos em propostas que apontem na direção de uma **regulação democrática**, reforçando os mecanismos de controle público (diferente de estatais), sistemas de transparências, etc. Já que agora interessa ao capitalismo a regulação, devemos disputá-la de acordo com os nossos interesses.

Quanto à duração da crise, também não existe consenso: alguns dizem que os efeitos serão duradouros. Outros prevêem que daqui a pouco não se falara mais nessa crise.

a) Impactos no crescimento econômico: Os principais países já estão refazendo seus cálculos e suas expectativas de crescimento. Ou seja, é clara a aposta na redução do crescimento econômico em função da crise que trouxe diminuição de crédito. O cenário aponta para um declínio no ímpeto de consumo que alimentou o crescimento econômico nos últimos tempos. Nós sabemos que em conjuntura de pouco ou nenhum crescimento, com desemprego, diminuição de salários, etc., o poder da classe trabalhadora diminui bastante, inclusive para questionar o próprio modelo de desenvolvimento. Para nós é fundamental ter crescimento econômico e, se for o caso, disputar os seus termos como estamos fazendo no Brasil mais recentemente. Portanto, passa a ser importante a defesa da manutenção dos investimentos, o apoio à pequena produção, a manutenção de programas sociais, etc.

No Brasil, a expectativa do Banco Central é que, neste ano, o país tenha déficit nas contas externas pela primeira vez desde 2002. Essa deterioração é consequência de dois fatores: a redução no saldo da balança comercial e o aumento nas remessas de lucros ao exterior. Entre janeiro e setembro deste ano, as multinacionais instaladas no país enviaram US\$ 27,5 bilhões para suas matrizes, valor 84% maior do que o apurado no mesmo período de 2007. Os neoliberais de ontem (PSDB) depois de agourarem o “relativo sucesso da economia brasileira”, já mudaram o discurso, agora admitem que a economia do Brasil está bem e se houver problemas de crescimento, a culpa será do governo que não soube conduzir o barco. Ou seja, eles reciclam a abordagem, mas acabam reeditando o preconceito em torno da suposta falta de competência do governo Lula.

b) Cuidado com a miopia da discussão meramente econômica. Existe uma tentativa de reduzir o debate da crise a sua dimensão meramente técnica e econômica sem explorar os aspectos políticos. É bem provável que ocorra uma revisão nos pressupostos ideológicos e políticos do neoliberalismo, precisamos entrar neste debate adicionando elementos de reflexão política. Por exemplo, a crise trará mais dificuldades para políticas de crescimento econômico em países como o Brasil, América do Sul e Central que elegeram governos comprometidos com projetos mais populares. A redução do crescimento econômico poderá provocar instabilidade política e perda de crédito nos governos mais democráticos. Na medida em que o estado aumenta sua capacidade de regulação o seu controle será disputadíssimo.

c) Consequências diretas para os trabalhadores:

a) OIT prevê um aumento na taxa de desemprego mundial dos 190 milhões do final do ano passado para 210 milhões no final de 2009, superando pela primeira vez a casa dos 200 milhões.

b) A atual crise financeira mundial aumentará a desigualdade de renda entre os trabalhadores, que já cresceu de forma dramática na maioria dos países desde a década de 90. Por exemplo, em 2007, os diretores executivos das 15 maiores empresas dos Estados Unidos receberam salários que eram mais de 520 vezes superiores ao do trabalhador médio, contra uma diferença de 360 vezes em 2003. O contraditório disto tudo, aponta a OIT, é que os recursos destinados para salvar os bancos poderiam debelar a fome do mundo.

c) Empresas como Ford, Toyota e Honda enfrentam quedas de venda da ordem de 30% nos Estados Unidos. A General Electric não consegue rolar sua dívida de US\$ 90 bilhões. A Microsoft fez um pesado lobby no Congresso americano pró-pacote, porque via que seus clientes no mercado financeiro estavam sumindo.

d) A General Motors, a maior fabricante de automóveis do mundo, já anunciou o fechamento de duas fábricas nos Estados Unidos. A filial australiana da Ford já demitiu 500 funcionários como resultado da crise financeira. A GM fechará uma unidade de produção de picapes e veículos utilitários esportivos e outra de impressão de metais nos Estados de Wisconsin e Iowa, ao todo, 2.720 postos de trabalho serão fechados até o final de 2009.

e) No Brasil já vimos setores como automotivo e construção civil reduzirem seus investimentos e se prepararem para redução de empregos.

Alguns elementos sobre o funcionamento do sistema financeiro

Para entender essa crise precisamos rapidamente entender o funcionamento do sistema financeiro:

O **crédito** é o principal combustível do crescimento econômico. Por exemplo: 20% do PIB é dedicado ao crédito. Nenhuma empresa sobrevive sem capital de giro, geralmente captado no sistema financeiro, através de crédito.

O custo do crédito depende da **liquidez** (dinheiro, papéis...). Se existe pouca liquidez o custo do crédito se eleva. Se a liquidez é alta, o crédito costuma ser mais vantajoso. Isso tem um impacto direto no nível da economia.

O sistema financeiro sobrevive pela **confiança** que os investidores depositam nele. A confiança é algo subjetivo. Se empresto tenho confiança que serei ressarcido. Se tenho dinheiro aplicado no banco, tenho confiança que este dinheiro está seguro. Se todo mundo vai ao banco para sacar o que tem de depósito, o sistema entra em colapso, pois não existe o dinheiro disponível para todos os acionistas.

Em meio a essa crise ouvimos muito o conceito de **alavancagem**. Essa é uma das regras existente no sistema bancário. Significa que a instituição de crédito pode se endividar a partir de patamares definidos pelos bancos centrais. No Brasil a alavancagem do sistema financeiro gira em torno de 12 vezes. Exemplificando, se um banco possuiu um bilhão de reais, ele pode movimentar até 12 bilhões no sistema financeiro. Nos EUA e na Europa ele pode emprestar 50 bilhões. Pegue-se o caso do Lehman Brother, dos EUA: com capital de US\$ 20 bilhões, tinha US\$ 600 bilhões de dívidas, expressando alavancagem de 30 vezes, média em geral de grandes bancos nos EUA e Europa. A destruição desses ativos implicou a redução permanente de crédito futuro em igual proporção. A alavancagem faz com que o dinheiro se multiplique sem lastro real. Até a década de 70, o lastro das economias era o ouro. Depois da crise dos petrodólares e eurodólares na década de 70, ou seja, quando houve um excesso de dólares nos bancos americanos sem lastreamento real no ouro, o governo Nixon acabou com essa restrição.

O sistema financeiro também funciona através de mercado de capitais e aplicações na bolsa. O que valoriza uma ação na bolsa? Resposta: uma aposta de lucro no futuro. Trata-se de um jogo onde uns apostam contra e outros a favor. Sempre alguém irá perder.

Esse jogo, em parte tem relação com o produto da empresa, mas em sua maioria é descolado da produção.

Glossário:

Commodities: é um termo de língua inglesa que, como o seu plural commodities, que significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Usada como referência aos produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. O que torna as commodities muito importantes na economia é o fato de que, embora sejam mercadorias primárias, possuem cotação e "negociabilidade" globais; portanto, as oscilações nas cotações destas commodities têm impacto significativo nos fluxos financeiros mundiais, podendo causar perdas a agentes econômicos e até mesmo a países.

Liquidez: é um conceito econômico que considera a facilidade com que um ativo pode ser convertido no meio de troca da economia. O grau de agilidade de conversão de um investimento sem perda significativa de seu valor mede sua liquidez. Um ativo é tanto mais líquido quanto mais fácil for de transformar em dinheiro vivo. A moeda é considerada como o ativo mais líquido, mas é uma reserva de valor imperfeita; quando os preços sobem, o valor da moeda cai. Em suma, a liquidez é a facilidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro.

Prime: empréstimos classificados como sendo de menor risco.

Subprime: são os empréstimos classificados de alto risco, que oferecem poucas garantias aos agentes financeiros.

G7: grupo dos sete países mais ricos, integrado por Alemanha, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão.

A **MP 443** (medida provisória), publicada Diário Oficial, autoriza os bancos públicos brasileiros, a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, a adquirirem participações em instituições financeiras no país sem passar por um processo de licitação. Ou seja, a MP autoriza os bancos públicos brasileiros a estatizarem instituições financeiras brasileiras que estejam em dificuldades. A MP inclui todo tipo de instituição financeira: seguradoras, instituições previdenciárias, empresas de capitalização, etc. A MP também autoriza a Caixa Econômica Federal a comprar a participação acionária de construtoras em dificuldade.

Ações futuras no mercado financeiro: exemplo: a EMBRAER vende aviões. A venda se materializa em contratos. Ao invés da empresa esperar a produção e repassar os aviões e receber o pagamento, pega o contrato e antecipa sua venda no sistema financeiro. Retira em dólar e depois paga em reais. A EMBRAER pega esse dinheiro e aplica no mercado financeiro no Brasil (juros altos). Foi o que fez a Sadia, as montadoras entre outras estava todo mundo voltado para o mercado financeiro. Essa crise pode retornar a produção, favorecendo o setor produtivo. Essa é uma das hipóteses. Na verdade boa parte das empresas não se preocupam com a produção, a produção é apenas um meio para criar oportunidades de especulação.

Entendendo a crise americana

BUTECO DO SEU BIU

É assim: O “seu” Biu tem um bar, na Vila Carrapato, e decide que vai vender cachaça “na caderneta” aos seus leais fregueses, todos bêbados, quase todos desempregados.

Porque decide vender a crédito, ele pode aumentar um pouquinho o preço da dose da branquinha (a diferença é o sobrepreço que os pingüços pagam pelo crédito).

Os clientes do “seu” Biu passam a usar o dinheiro da cachaça pra comprar DVD na loja da dona Maricota. O estoque acaba. Ela tem que pedir mais para o fabricante.

O gerente do banco do seu Biu, um ousado administrador formado em curso de emibiêi, decide que as cadernetas das dívidas do bar constituem, afinal, um “ativo recebível”, e começa a adiantar dinheiro ao estabelecimento tendo o “pendura” dos pingüços como garantia.

Meia dúzia de executivos de outros bancos, mais adiante, concordam que aqueles tais recebíveis do banco do “seu” Biu vão ser pagos, e os transformam em CDB, CDO, CCD, UTI, OVNI, SOS ou qualquer outro acrônimo financeiro que ninguém sabe exatamente o que quer dizer.

Esses instrumentos financeiros passam a ser considerados ativos dos próprios bancos e, ao serem negociados, alavancam o mercado de capitais e conduzem a operações estruturadas de derivativos, na BM&F, cujo lastro inicial todo mundo desconhece (as tais cadernetas do “seu” Biu).

Esses derivativos estão sendo negociados como se fossem títulos sérios, com fortes garantias reais, e já ultrapassaram as fronteiras. Agora estão em mercados de 73 países.

A dona Maricota, dona da loja de DVDs, não tinha dinheiro para pagar a encomenda e pediu um empréstimo para o banco, o mesmo do “seu” Biu, que a esta altura, está “bombando”, afinal, nunca teve tanto giro. O gerente oferece mais um dinheirinho para dona Maricota que aceita, incluindo em sua loja outros artigos como escova de dentes elétricas, disfarçador de bafo de cachaça eletrônico etc.

Mas aí, algum chato descobre que os bêbados da Vila Carrapato não têm dinheiro para pagar as contas... O banco cobra o “seu” Biu e o boteco vai à falência.

O banco do “seu” Biu tem que avisar os outros bancos, que são obrigados a retirar os títulos do mercado mas, para isso, têm que colocar o dinheiro de volta mas, já viu, né? Alguns bancos não têm dinheiro suficiente para honrar os títulos.

Os clientes da dona Maricota, agora bebendo em outro bar, não têm como pagar as prestações de DVD's e outros itens absolutamente essenciais que compraram na época das vacas gordas.

D. Maricota quebrou, também, e não pagou o Banco do “seu” Biu, que não pagou os outros bancos e, por isso, quebrou e deixou todos na corda bamba.